



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 29 de agosto de 2018.

Edição n. 2448

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de Contratos.....3

Avisos de Licitações.....6

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Concursos Públicos.....6

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....7



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N. 287/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- o Doutor LEANDRO TATSCH BONATTO, Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque, para oferecer denúncia contra Paulo Rogério Moreira de Souza, bem como acompanhar todos os trâmites do processo, sem prejuízo da análise de cabimento de eventuais medidas despenalizadoras, com base no Processo Criminal n. 105/2.18.0000197-3, oriundo da Comarca de Ibirubá, e, no caso de suas férias, impedimentos ou ausências, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 2598/2018).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de agosto de 2018.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N. 288/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a contar do dia 29/07/2016, a Portaria n. 0372/2018, que designou LUÍSA DALLANORA VENDRUSCOLO, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 29/07/2016 (Port. 2656/2018).

DESIGNAR, nos termos do Provimento n. 50/2015 e de acordo com as Leis Estaduais n. 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 6 meses, a contar do dia 15/08/2018, FERNANDA DE OLIVEIRA DO AMARAL, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n. 957, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 2621/2018).

- pelo período de 12 meses, a contar do dia 15/08/2018, JULIANA ANDRADE DA SILVA, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n. 959, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 2637/2018).

- pelo período de 12 meses, a contar do dia 27/08/2018, NICOLE UGHINI MELLO, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n. 958, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 2652/2018).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de agosto de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

BOLETIM N. 289/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DECLARAR ESTÁVEL, ouvida a Comissão de que trata o Artigo 41 da Constituição Federal, na forma do Provimento 27/2016-PGJ:

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00081/2014-3, a contar de 07 de maio de 2018, a servidora ANDRESSA SALETE CAMPOS KORSACK, ID n. 3403092, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste Órgão (Port. 2640/2018).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00024/2015-0, a contar de 12 de julho de 2018, o servidor RODRIGO DOS REIS, ID n. 3817032, no cargo de Oficial do Ministério Público, deste Órgão (Port. 2641/2018).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00038/2015-0, a contar de 27 de maio de 2018, o servidor TIAGO WEBER, ID n. 4249968, no cargo de Oficial do Ministério Público, deste Órgão (Port. 2642/2018).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00034/2015-9, a contar de 18 de maio de 2018, a servidora BIANCA MENDES DE SOUZA, ID n. 4248058, no cargo de Agente Administrativo, deste Órgão (Port. 2643/2018).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00039/2015-8, a contar de 02 de junho de 2018, a servidora MARIA LUIZA SCHERER MORO, ID n. 3683788, no cargo de Agente Administrativo, deste Órgão (Port. 2644/2018).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00044/2015-8, a contar de 16 de junho de 2018, a servidora MARÍLIA KRAEMER GRILLO, ID n. 4252039, no cargo de Agente Administrativo, deste Órgão (Port. 2645/2018).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00032/2015-3, a contar de 05 de maio de 2018, o servidor VLADIMIR BORGES LIBANO, ID n. 2911965, no cargo de Agente Administrativo, deste Órgão (Port. 2646/2018).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00012/2015-5, a contar de 10 de maio de 2018, o servidor DIEGO CALDEIRA VASCONCELLOS, ID n. 3411354, no cargo de Agente Administrativo, deste Órgão (Port. 2647/2018).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00177/2014-9, a contar de 02 de junho de 2018, a servidora ALICE ARAUJO DA SILVA, ID n. 3953777, no cargo de Agente Administrativo, deste Órgão (Port. 2648/2018).

REVOGAR

- a contar de 27 de agosto de 2018, a Portaria n. 2309/2016, que designou a servidora LAURA SCHNORREBERGER, Agente Administrativo, ID n. 3451771, para exercer a Função Gratificada de Assessor Especial I, FG-07, deste Órgão (Port. 2659/2018).

DESIGNAR

- no período de 23 de agosto a 06 de setembro de 2018, o servidor FLÁVIO AUGUSTO COELHO DA SILVA, Agente Administrativo, ID n. 3448193, para exercer, em substituição, a Função Gratificada de Coordenador Administrativo, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, em virtude de férias do titular Marco Aurélio de Almeida Barbosa (Port. 2658/2018).

- a contar de 27 de agosto de 2018, a servidora LAURA SCHNORREBERGER, Agente Administrativo, ID n. 3451771, para exercer a Função Gratificada de Coordenador Administrativo, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão



(Port. 2660/2018).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de agosto de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DO TERMO DE CONVÊNIO
PROCESSO PR.01075.07091/2010-7**

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ n. 93.802.833/0001-57 e Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI, mantida pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - FIDENE, CNPJ/MF n. 90.738.014/0002-80; **OBJETO:** Prorrogar por 5 (cinco) anos o Convênio de Estágio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO:** 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA:** 09/08/2018; Benhur Biancon Junior, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Cátia Maria Nehring, Reitora.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de agosto de 2018.

**SÚMULA DE ADESÃO
PROCESSO N. 01236.000.098/2018**

CONTRATADA: LTA – RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA.; **OBJETO:** aquisição de dois servidores de rede para montagem em rack, com discos SSD e NL-SAS, incluindo instalação e garantia; **VALOR TOTAL:** R\$ 113.148,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746 e 6420, Natureza da Despesa 4.4.90.52 e 3.3.90.39, Rubrica 5228 e 3924; **FUNDAMENTO LEGAL:** Provimento PGJ/RS n. 47/06 – adesão à Ata de Registro de Preços n. 010/LACC/SEDE/2018 da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de agosto de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
PROCESSO N. 02404.000.085/2018**

CONTRATADA: COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS (CNPJ n. 57.494.031/0010-54); **OBJETO:** Aquisição de 1.500 cartuchos de munição calibre .40 S&W CXPO ou EXPO GOLD e 5.000 cartuchos de munição calibre .40 S&W Treina NTA; **VALOR TOTAL:** R\$ 20.028,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 2746, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.30/3007; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 27 de agosto de 2018, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Benhur Biancon Junior.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
PROCESSO N. 02404.000.069/2018**

CONTRATADA: FORJAS TAURUS S/A. (CNPJ n. 92.781.335/0001-02); **OBJETO:** Aquisição de 25 pistolas semiautomáticas calibre .40 com carregadores e acessórios e 2 carabinas táticas calibre .40 S&W com carregadores e acessórios; **VALOR TOTAL:** R\$ 86.951,42; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 2746, Natureza da Despesa/Rubrica 4.4.90.52/5203; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 27 de agosto de 2018, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Benhur Biancon Junior.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**APOSTILA
PROCESSO N. 008809-09.00/06-9**

CONTRATADA: CRISTINA STORCK CALDAS E SANDRO SOUZA DE CALDAS; **OBJETO:** apostilamento do Contrato de Locação de Imóvel – UAJ n. 82/2016, que tem como objeto a locação do imóvel localizado na Rua Coronel Araújo Ribeiro, n. 306, em Barra do Ribeiro/RS, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça da cidade, para fazer constar que o valor da locação, reajustado, a contar de 08 de agosto de 2018, passa a ser de R\$ 1.299,74; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 65, § 8º, da Lei Federal n. 8.666/93, bem como cláusula terceira, item 3.2, do contrato.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de agosto de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO TERMO DE ACORDO PARA
USO DE VEÍCULO PARTICULAR
PROA 18/0900-0001162-6**

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e a servidora **ANAGREICI MANFRIN PRETTO**, ID n. 4257073; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IYS1971, a ser usado na execução de tarefas e serviços da Força Tarefa de Ajuda Voluntária – FAVO, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n. 30/2018;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DO TERMO DE ACORDO
PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR
PROA 18/0900-0001161-8**

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o servidor **MÁRCIO DE QUADROS MONTEIRO**, ID n. 3449220; **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IST7920, a ser usado na execução de tarefas e serviços da



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de agosto de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2448

Força Tarefa de Ajuda Voluntária – FAVO, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n. 30/2018;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
 Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO
 DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 094 /2018
 PROCEDIMENTO N. 02405.000.126/2018
 TOMADA DE PREÇO 03/2018**

CONTRATADA: CSM CONSTRUTORA SILVEIRA MARTINS;
OBJETO: contratação de serviço de engenharia, com o fornecimento de materiais, para a execução de manutenção predial nas Promotorias de Justiça de Garibaldi/RS, situadas na Rua 13 de maio, n. 150; **VIGÊNCIA:** 16 (dezesesseis) meses;
VALOR TOTAL: R\$ 201.412,93; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n. 8.666/93, Código Civil Brasileiro e à Lei Estadual n. 11.389/99.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
 PROCEDIMENTO N. 02405.000.126/2018**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Diego Vasconcelos Nectoux e, como seu substituto, o servidor Eng. João Pedro Fontoura Kreutzfeld da Silveira.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA N. 100/2018
 PROCEDIMENTO N. 02405.000.130/2018
 PREGÃO ELETRÔNICO N. 060/2018**

CONTRATADA: MANOELITA BIASOTTO ME; **OBJETO:** aquisição de componentes de informática, conforme tabela:

Item	Descrição	Marca/Modelo	Quant/Un.	Valor unitário
04	Organizador de cabos ¾ pol. preto	Sibratrec/espiral tubo preto SWB19 diâmetro de 15-19MM ou ¾"	200 metros	R\$4,50

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 900,00;
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3031; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal n. 10.520/02, Lei Estadual n. 13.191/09, Lei Estadual n. 11.389/99 e Provimentos PGJ/RS n. 33/08, 47/05 e 54/02.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
 PROCEDIMENTO N. 02405.000.130/2018**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal Administrativo do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Isabel Lucchesi, e como seu substituto, Roni Martins Botelho ou Sanai Oliveira da Silva e como Fiscal Técnico do contrato o servidor Fabio William Rosa, e como seu substituto, o servidor Rubens Ricardo Freiburger.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA N. 098/2018
 PROCEDIMENTO N. 02405.000.131/2018
 PREGÃO ELETRÔNICO N. 060/2018**

CONTRATADA: SOLARIS TELEINFORMÁTICA LTDA.; **OBJETO:** aquisição de componentes de informática, conforme tabela:

Item	Descrição	Qtde	Marca/Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	Adaptador display port x dvi-d para monitor de vídeo	500 un	Tassio/cabo	R\$33,00	R\$16.500,00

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3031; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal n. 10.520/02, Lei Estadual n. 13.191/09, Lei Estadual n. 11.389/99 e pelos Provimentos PGJ/RS n. 33/08, 47/05 e 54/02.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
 PROCEDIMENTO N. 02405.000.131/2018**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Isabel Lucchesi e, como seu substituto, o servidor, Roni Martins Botelho ou Sanai Oliveira da Silva e como Fiscal Técnico do contrato o servidor Fabio William Rosa, e como seu substituto, o servidor Rubens Ricardo Freiburger.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
 Diretor-Geral.

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA N. 101/2018
 PROCEDIMENTO N. 02405.000.132/2018
 PREGÃO ELETRÔNICO N. 060/2018**

CONTRATADA: TOPAZIO TECNOLOGIA E SERVIÇOS EIRELI; **OBJETO:** aquisição de componentes de informática, conforme tabela:



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de agosto de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2448

Item	Descrição	Qtde	Marca/Modelo	Valor Unit.	Valor Total
02	Cabo HDMI 1m - macho/macho	30 un	MD9/HDMI-1M	R\$12,00	R\$360,00
03	Cabo HDMI 3 metros - macho/macho	10 un	MD9/HDMI-3M	R\$22,00	R\$220,00
05	Cabo extensor USB 3.0	30 un	MD9/USB3.0	R\$21,00	R\$630,00

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 1.210,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3031; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n. 8.666/93, Lei Federal n. 10.520/02, Lei Estadual n. 13.191/09, Lei Estadual n. 11.389/99 e Provimentos PGJ/RS n. 33/08, 47/05 e 54/02. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 02405.000.132/2018

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Isabel Lucchesi, e como seu substituto, Roni Martins Botelho ou Sanaí Oliveira da Silva e como Fiscal Técnico do contrato o servidor Fabio William Rosa, e como seu substituto, o servidor Rubens Ricardo Freiberg.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

CONTRATO DE COMPRA E VENDA N. 087/2018
PROCEDIMENTO N. 02405.000.112/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N. 037/2018

CONTRATADA: BRAS PET – HS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. - ME.; **OBJETO:** aquisição de materiais de limpeza e higiene e copa e cozinha diversos;

Item	Descrição	Qtde.	Unidade	Marca/Modelo	Preço total
4	Detergente líquido neutro biodegradável em frascos com 500 ml, com tampa, com notificação na anvisa, com prazo de validade de no mínimo 1 ano a contar da data da entrega	2500	Un	Brilhasul/500ml	R\$2.750,00

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 2.750,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3011 e 3028; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n. 13.191/09, n. 13.706/11 e n. 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n. 33/08 e n. 47/05, Lei Complementar n. 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n. 8.666/93 e n. 10.520/02 e Provimento PGJ/RS n. 54/02.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO N. 02405.000.112/2018

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Christian Brod e, como seu substituto, o servidor Fernando Krueel Nogueira.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA N. 083/2018
PROCEDIMENTO 02405.000.108/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N. 037/2018

CONTRATADA: VENNER PEREIRA DE SOUZA - EPP.; **OBJETO:** aquisição de materiais de limpeza e higiene e copa e cozinha diversos;

Item	Descrição	Qtde. (un)	Marca/Modelo	Preço unitário	Preço total
10	Pá de lixo de metal tipo concha medindo 20 x 20 cm, com cabo de madeira com, no mínimo 0,60m revestido de material plástico	20	KR/KR	R\$7,00	R\$140,00
13	Sabão de coco, em barras com no mínimo 400g cada, com notificação na anvisa, com prazo de validade de no mínimo 1 ano a contar da data da entrega	200	Santo Antônio/ Santo Antônio	R\$2,70	R\$540,00

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 680,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30, Rubrica 3011 e 3028; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais nos 13.191/09, 13.706/11 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.S 33/08 e 47 /05, Lei Complementar n. 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS n. 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO 02405.000.108/2018

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Christian Brod e, como seu substituto, o servidor Fernando Krueel Nogueira.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO 1º ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 130/2017
PROCEDIMENTO N. 02405.000.152/2017
CONVITE N. 22/2017

CONTRATADA: PORTOTEC CONSTRUTORA EIRELI; **OBJETO:** acrescer, ao objeto do ajuste, materiais e serviços;



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de agosto de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2448

resultando no acréscimo, ao preço total da avença, da quantia de R\$ 2.884,87 (dois mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), conforme planilha orçamentária apresentada pela CONTRATADA e tabela resumo abaixo:

	Material	Mão de obra	Valor Total
Acréscimo	R\$ 1.758,27	R\$ 1.126,60	R\$ 2.884,87
Supressão	-	-	-
Total	R\$ 1.758,27	R\$ 1.126,60	R\$ 2.884,87

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, incisos I, alíneas "a" e "b", e § 1º, da Lei Federal n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 61/2018 (PGEA n. 589.000.072/2018)

Tipo: Menor Preço. **Critério:** Menor taxa Administrativa.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e controle do fornecimento de combustíveis e demais serviços relacionados no ato convocatório, por meio de cartão magnético, para toda a frota de veículos, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 12/09/2018, às 09 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 12/09/2018, às 14 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico.

Informações gerais: licitacoes@mprs.mp.br **Base legal:** Lei Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 e Lei n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.

LUIS ANTONIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
XLVIII CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL N. 161/2018

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA EXAMES MÉDICOS

TORNO PÚBLICO que a Comissão do XLVIII Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público, Edital n. 085/2016, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 21 de junho de 2016, **RESOLVE:**

- I. **INFORMAR** ao candidato MIGUEL BELMONTE NETO que, em razão de decisão liminar proferida em Mandado de Segurança, deverá entregar a documentação necessária à inscrição definitiva, prevista no item VIII do Edital n. 085/2016, nas seguintes condições:
 - a) **HORÁRIO:** das 09 às 12 horas e das 14 às 17 horas;
 - b) **DATA: nos dias úteis**, de 05/09/2018 até 12/09/2018;
 - c) **LOCAL:** Unidade de Concursos do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, situada na Rua General Andrade Neves n. 106, 14º andar, Centro, Porto Alegre- RS.
 - d) A documentação poderá ser entregue por procurador acompanhado de mandato (sem necessidade de firma reconhecida) contendo poderes e finalidade específicos.
- II. **CONVOCAR** o candidato MIGUEL BELMONTE NETO para a realização de Exames de Saúde Física e Mental, aplicados pelo Serviço Biomédico da Procuradoria-Geral de Justiça, nas datas, locais e horários indicados abaixo:
 - a) **Avaliação psicológica coletiva:** a avaliação psicológica coletiva ocorrerá no **dia 05/09/2018, às 13h30min, na Rua General Andrade Neves, n. 106, 18º andar, Porto Alegre/RS**. Para a realização desta avaliação, desnecessária a apresentação dos exames de saúde exigidos para a INSCRIÇÃO DEFINITIVA (itens IX ou X do Edital n. 085/2016).
 - b) **Exames de saúde individuais:** para realização dos exames o candidato deverá comparecer no Serviço Biomédico da Procuradoria-Geral de Justiça, na Rua General Andrade Neves, n. 106, 12º andar, Porto Alegre/RS, **conforme cronograma abaixo, munidos dos resultados dos EXAMES DE SAÚDE elencados nos itens IX ou X do Edital n. 085/2016, ficando**



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de agosto de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2448

à disposição do Serviço Biomédico durante todo o dia. Havendo necessidade, outros exames poderão ser solicitados pelos peritos.

Nome	Dia/mês	Hora
MIGUEL BELMONTE NETO	12/set	12:00

III. **ESCLARECER** que os exames de saúde mental para fins de ingresso na carreira de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul serão realizados no Serviço Biomédico por meio dos seguintes procedimentos:

- entrevista clínica individual psiquiátrica, com exame do estado mental;
- entrevista clínica individual psicológica;
- testes psicológicos projetivos e psicométricos, aplicados coletiva e individualmente.

Conforme a necessidade de cada caso, o número de entrevistas individuais realizadas e testes psicológicos aplicados poderá variar, de acordo com o entendimento pericial.

Os critérios avaliados por meio dos instrumentos descritos são:

- contato com a realidade;
- juízo crítico;
- capacidade de adaptação (flexibilidade de pensamento, capacidade de avaliar adequadamente situações sociais, estilo de enfrentamento de situações potencialmente estressantes, capacidade de planejamento, tolerância à frustração, controle de impulsos);
- qualidade dos vínculos e relações interpessoais;
- motivações.

São considerados critérios de inaptidão:

- qualquer transtorno mental ou de comportamento com sintomatologia ativa que possa prejudicar o desempenho das funções no cargo;
- características de personalidade rígidas, persistentes e desadaptativas que possam prejudicar o desempenho das funções no cargo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,
Secretário da Comissão.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N. 37/2018

A COORDENADORA DO CAO DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.00077/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Albuquerque Denicol. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Investigar irregularidades na comercialização de peixes no Município de Aratiba. INVESTIGADO(S): Município de Aratiba. LOCAL DO FATO: Aratiba.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01786.000.048/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Jaguari. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Eder Fernando Kegler. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguari. OBJETO: Ofício-Circular 003/2018/GAB-SENACON/SENACON-MJ- Postos de combustíveis. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Jaguari.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00805.00005/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Lavras do Sul. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo Giron. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lavras do Sul. OBJETO: Promover melhorias na qualidade do serviço de fornecimento de energia elétrica, especificamente no que se refere à continuidade da prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica. Suscitada: Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Lavras do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00814.00059/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Novo



Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro de Souza Ferreira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo. OBJETO: Apurar os possíveis riscos à segurança dos consumidores em decorrência da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo (GLP) realizada pela pessoa jurídica Comercial de Gás Makewitz. INVESTIGADO(S): Comercial de Gás Makewitz Ltda. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.001.760/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gustavo de Azevedo E Souza Munhoz. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Prática abusiva consistente na negativa de entrega de nota fiscal ao consumidor no ato da compra. INVESTIGADO(S): WMS Supermercados do Brasil Ltda.. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.000.888/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Ricardo Colpo Marchesan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Prática abusiva - Dificuldades criadas pelas Lojas Paquetá para os clientes quitarem valores referentes às prestações regulares e àquelas em eventual atrasos. INVESTIGADO(S): Lojas Paquetá. LOCAL DO FATO: Porto Alegre e Região Metropolitana.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01413.000.228/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gustavo de Azevedo E Souza Munhoz. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Apurar possíveis danos aos consumidores decorrentes do uso de bomba de combustível com erro de medição acima do limite permitido (vício de quantidade). INVESTIGADO(S): Posto da Lucas. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.001.941/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gustavo de Azevedo E Souza Munhoz. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Apurar o fornecimento de produtos impróprios para o consumo quanto ao uso de agrotóxicos. INVESTIGADO(S): Urbano Agroindustrial. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00935.00032/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Joao Claudio Pizzato Sidou. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. OBJETO: Apurar a venda de gás liquefeito de petróleo - GLP em estabelecimentos comerciais no Município de Alvorada. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Alvorada.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.001.854/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Capão da Canoa.

PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luziharín Carolina Tramontina. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. OBJETO: Apuração de medidas cíveis reparatórias e compensatórias ante a comercialização de produto óleo diesel, fora das especificações legais e regulamentares da ANP, em Capão da Canoa/RS. INVESTIGADO(S): Sergio Luis Lima da Silva, Sergio Luis Lima da Silva -ME - Posto Central/Raizen Combustíveis S.A - Shell. LOCAL DO FATO: Capão da Canoa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01538.000.180/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo Chim Lopes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Osório. OBJETO: Apurar denúncia de falta de fiscalização na comercialização de fogos de artifício no Município de Osório, em Atlântida Sul. INVESTIGADO(S): Estabelecimentos que comercializam fogos de artifício. LOCAL DO FATO: Osório/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 20 de Agosto de 2018.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do CAO do Consumidor e da Ordem Econômica.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 156/2018

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01710.000.149/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Antônio Prado. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Formolo Hendler. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Claudia Formolo Hendler. OBJETO: apurar eventual prática de improbidade administrativa pelo Prefeito Carlos Antonio Zanotto em face da não aprovação das contas no Poder Executivo no ano de 2012 no Município de Ipê-RS. INVESTIGADO(S): Carlos Antonio Zanotto. LOCAL DO FATO: IPÊ-RS.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00723.00020/2014. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alécio Silveira Nogueira. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. OBJETO: apurar a regularidade do repasse e da utilização de verbas públicas pela ARPA e a situação funcional do Sr. Jorge Acco junto ao Município de Bento Gonçalves. INVESTIGADOS(S): Arpa - Associação Riograndense de Proteção aos Animais e Meio Ambiente, Jorge Acco, Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves e Prefeitura Municipal de Santa Tereza. LOCAL DO FATO: Bento Gonçalves e Santa Tereza.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de agosto de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2448

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01724.000.246/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Bom Jesus. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bianca Acioly de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Bom Jesus. OBJETO: apurar noticiadas irregularidades no âmbito da Administração Municipal de Jaquirana, atinentes a processos licitatórios, uso indevido de bem público, desvio de materiais de construção e combustíveis, e à contratação irregular de pessoal. INVESTIGADO(S): Ivanor Renato Rauber. LOCAL DO FATO: Jaquirana/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01724.000.235/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Bom Jesus. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bianca Acioly de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Bom Jesus. OBJETO: Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a fim de apurar eventuais crimes praticados pelo ex-secretário Municipal de Obras, Alexandre Arcari Becker. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Secretaria de Obras - Município Bom Jesus.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.00053/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Renata Pinto Lucena. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: apurar prática de ato(s) de improbidade administrativa em decorrência de irregularidades no Pregão Presencial n.º 92/2014 da Prefeitura de Canoas, no qual restou vencedora a empresa Mecanicapina Limpeza Urbana Ltda, bem como decorrentes da possível contratação da referida empresa, mesmo havendo determinação do Tribunal de Contas do Estado para que o Gestor Público se abstivesse de contratá-la. INVESTIGADOS: Jairo Jorge Da Silva, Mecanicapina Limpeza Urbana Ltda, Flávio Fagundes Pradie e Elisiane Inês Matias.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.00078/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Albuquerque Denicol. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: investigar eventual ato de improbidade administrativa/lesão ao erário decorrente da concessão de incentivos pelo Município de Erechim, em caráter não oneroso, em especial fornecimento de brita, a empresas que não preenchem os requisitos da lei municipal n. 3.947/2006. INVESTIGADO(S): Município de Erechim. LOCAL DO FATO: Erechim.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01646.000.142/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Estância Velha. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Amorim Carpes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estância Velha. OBJETO: apurar possíveis irregularidades na administração de José Waldir Dilkin, a fim de que seja esclarecida a relação entre a empresa TOP Contabilidade, o funcionário público municipal Gabriel da Silva Martins e o Prefeito José Waldir Dilkin. INVESTIGADO(S): José Waldir Dilkin, Gabriel da Silva Martins, TOP Contabilidade. LOCAL DO FATO: Estância Velha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00771.000.167/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Farroupilha. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ronaldo Lara Resende. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha. OBJETO: Apurar ato de improbidade administrativa praticado por Daniel Palmeira de Lima, Sedinei Catafesta, Alex Sandro Weirich e Daniela Pegoraro Panegaz. INVESTIGADO(S): Sedinei Catafesta, Alex Sandro Weirich, Daniela Pegoraro Panegaz, Daniel Palmeira De Lima. LOCAL DO FATO: Farroupilha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00771.000.183/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Farroupilha. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ronaldo Lara Resende. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha. OBJETO: apurar ato de improbidade administrativa por parte do ex-secretário Municipal do Meio Ambiente de Farroupilha, Rudmar Elbio da Silva. INVESTIGADO(S): Rudmar Elbio Da Silva. LOCAL DO FATO: Farroupilha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.00087/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: apurar possível prática de ato de improbidade administrativa pela cobrança de vantagem patrimonial indevida em razão do cargo de Chefe de Divisão (obras e manutenção) da SMED, durante a execução de contrato de redes de esgoto, redes de drenagem, fossas sépticas, caixas de gordura por hidrojateamento e/ou sucção. INVESTIGADO(S): Vilmar dos Santos Esteves. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01698.000.508/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Jaguarão. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcio Schlee Gomes. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Márcio Schlee Gomes. OBJETO: denúncia da Bancada do Partido dos Trabalhadores pela prática de "nepotismo" pelo atual Governo Municipal. INVESTIGADO(S): Município de Jaguarão. LOCAL DO FATO: Jaguarão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01698.000.229/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Jaguarão. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcio Schlee Gomes. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Márcio Schlee Gomes. OBJETO: Servidores Municipais buscando esclarecer sobre as declarações do ex-prefeito Claudio Martins relativo aos registros contábeis do Município. INVESTIGADO(S): desconhecido. LOCAL DO FATO: Jaguarão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00824.00074/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Barbosa de Borba. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. Objeto: verificar a transparência nos atos administrativos da Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental de Pelotas (SQA) e do Conselho Municipal de Proteção Ambiental (COMPAM) e da movimentação dos recursos do Fundo Municipal de Proteção e Recuperação Ambiental (FMAM). LOCAL: Pelotas. INVESTIGADOS: a definir



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de agosto de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2448

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00852.00034/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. OBJETO: Apurar possível ilícito decorrente do ajuizamento de ações pelo escritório de advocacia Lindemeyer advocacia e associados em desfavor do Município do Rio Grande/RS dado o suposto envolvimento pessoal do atual alcaide do Município do Rio Grande com o escritório em apreço. INVESTIGADOS(S): Alexandre Duarte Lindenmeyer, Lindenmeyer Advocacia & Associados S/S, Município do Rio Grande e Sinterg - Sind. Dos Trabalhadores em Educação do Munic. de Rio Grande. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00852.00035/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. OBJETO: apurar possível utilização de imóvel pertencente à Santa Casa pelo Cemitério Ecumênico, de propriedade da Igreja de Confissão Luterana de Rio Grande e pela Funerária Rio Grande. INVESTIGADOS(S): Gilson Rodrigues Avila Me, teclb - Igreja Evangélica de Confissão Luterana No Brasil e Santa Casa de Rio Grande. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00856.00011/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rosário do Sul. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lucas Oliveira Machado. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul. OBJETO: verificar eventual irregularidade na não lavratura do Auto de Prisão em Flagrante Delito dos crimes ocorridos em Rosário do Sul. INVESTIGADO(S): Delegacia de Polícia de Rosário do Sul. LOCAL DO FATO: Rosário do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01872.000.729/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: omissão do Município de São Francisco de Paula no exercício do poder de polícia administrativa de trânsito. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01656.000.340/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Cesar Sgarbossa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. OBJETO: apurar denúncia de possíveis irregularidades ocorridas no processo licitatório n. 005/15 pelo Município de São Jerônimo/RS. INVESTIGADO(S): Município de São Jerônimo. LOCAL DO FATO: São Jerônimo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento administrativo de acompanhamento de políticas públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00893.000.102/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gabriela Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul. OBJETO: acompanhar a readequação dos procedimentos dos poderes

Executivo e Legislativo à ADIN 70028647378. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul. LOCAL DO FATO: São Lourenço do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00894.00041/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Stein Scharnberg. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: investigar o uso indevido da máquina pública para obter a eleição de Joceli Cardoso ao Cargo de Prefeito de São Nicolau/RS, nas eleições de 2016. INVESTIGADOS(S): Afranio Advilson Martins Ortaça, Antônio Joceli Cardoso, Argemiro Bordin, Benone de Oliveira Dias e Jorge Gomes do Nascimento. LOCAL DO FATO: São Luiz Gonzaga.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01720.000.015/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Augusto Pestana. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Tânia Maria Schneider Cavalini. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana. OBJETO: apurar a responsabilização referentes às contratações temporárias em afronta ao disposto no artigo 37, IX, da CF, referente ao período de 01/03/2013 a 31/10/2015, em relação ao ex-prefeito José Roberto Zucolotto Moura. INVESTIGADO(S): José Roberto Zucolotto Moura. LOCAL DO FATO: Prefeitura Municipal de Jóia.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01806.000.460/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Parobé. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniela Fistarol. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé. OBJETO: investigar as providências tomadas pela Câmara de Vereadores em face do resultado do julgado do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, que desaprovou as contas prestadas, ao ano de 2014, por Cláudio Roberto Ramos Da Silva. Em face do parecer desfavorável do TCE/RS ao Executivo Municipal, Processo de Contas do Governo n. 002553-0200/14-2. Exercício de 2014. INVESTIGADO(S): Claudio Roberto Ramos da Silva. LOCAL DO FATO: Parobé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01806.000.276/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Parobé. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniela Fistarol. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé. OBJETO: apurar possível prática de ato de improbidade administrativa consistente na incorporação de R\$ 5.312,00, dos cofres do Estado do Rio Grande do Sul, destinados à compra de equipamento Bipap, por força de decisão e bloqueio emitido no processo tombado sob n. 157/5.13.0000443-6. INVESTIGADO(S): Município De Parobé, Claudécir Barbosa da Silva, Adriano Azeredo da Silva, LEONEL IVANES BERNARDO. LOCAL DO FATO: Parobé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01234.00033/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Davi Lopes Rodrigues Júnior. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: apurar improbidade administrativa contra o ex-prefeito Glauber Lima, por conta da dilapidação do patrimônio público, consistente em 10 kits para poço tubular. INVESTIGADO: Glauber Lima. LOCAL DOS FATOS: Santana



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de agosto de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2448

do Livramento, RS. Representante: Antônio Zenon Malgarejo D'Avila, vereador em Santana do Livramento, RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de agosto de 2018.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,
Coordenador do CAO Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.